CARICAS 22.

Educação

UMA LIÇÃO DE **PROTESTO?**

Como já não se via há 14 anos, escolas assistem ao arranque de um período de enorme conflito, fruto da insatisfação dos professores. Ministro João Costa tem portas abertas para negociar, mas o tom das reivindicações, marcado por novo sindicato, o STOP, perspetiva um ano turbulento

— POR RITA RATO NUNES E NUNO MIGUEL ROPIO

D

Desde a gestão de Maria de Lurdes Rodrigues, à frente do Ministério da Educação, que a luta dos professores não endurecia tanto, prenunciando tempos de grande conflitualidade no setor. Apesar de visto com bons olhos pelos docentes, em março de 2022, quando sucedeu a Tiago Brandão Rodrigues, o ministro João Costa parece ter perdido esse voto de confiança com o arranque do ano letivo. O governante, o mesmo de quem diziam ter revolucionado o sistema de ensino durante a Geringonça enquanto secretário de Estado, assiste, neste início de ano, a uma onda invulgar de contestação, com a máquina sindical a dar mostras de estar a reunir as condições para abanar a gestão da tutela, como aconteceu em 2008, quando Mário Nogueira, líder da Fenprof, levou 100 mil docentes às ruas de Lisboa – naquela que foi a maior manifestação de sempre destes profissionais.

A dúvida, neste momento, é sobre se Nogueira se mantém como o rosto da insatisfação – graças ao estatuto alcançado por quase duas décadas de liderança da organização federativa –, tendo em conta que o pontapé de saída para os atuais protestos foi dado pelo STOP, um sindicato emergente que veio mudar a forma como os professores se manifestaram nos últimos 14 anos e que tirou do sério João Costa, quando viu na rua milhares de docentes na véspera de Natal.

Para já, existe uma diferença no compasso de quem manda e de quem exige. Por um lado, há um governante que não fecha a porta a negociações, mas para discutir uma agenda do ministério. Por outro lado, os sindicatos batem-se por várias medidas, entre elas o formato da colocação de professores, sendo que o STOP resgatou com grande ímpeto a reposição do tempo de carreira, quatro anos depois de esse assunto ter provocado um abanão na Geringonça. Aquilo que ficou conhecido como um plano de uma maioria negativa, resultante da união da esquerda com a direita, levou o primeiro-ministro a ameaçar com uma demissão na primavera de 2019, a poucos dias das eleições europeias e a uns quantos meses das legislativas, por se recusar a assinar um cheque de 600 milhões de euros – custo que António Costa dizia representar aquela reivindicação. Aliás, as ondas de choque também não foram menores dentro do PSD e do CDS, cujas lideranças tremeram com as críticas internas à aliança feita com BE, PCP, PEV e PAN.

André Pestana

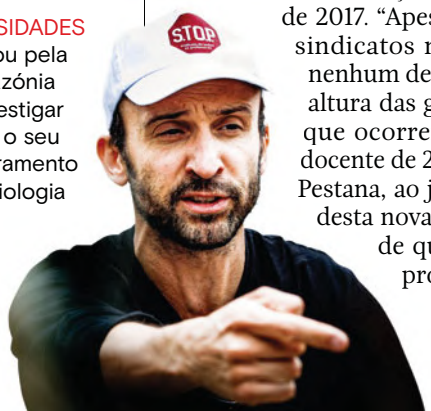
B.I. DO PROFESSOR DO MEGAFONE

ORIGENS
Filho de dois professores, nasceu em Coimbra há 45 anos

PROFISSÃO
Professor contratado há 21 anos

POLÍTICA
Pertenceu à JCP, ao BE e ao MAS

CURIOSIDADES
Andou pela Amazónia a investigar para o seu doutoramento em Biologia



DO AMIANTO NASCEU A RESISTÊNCIA

Apelidado de "mentiroso" por João Costa, André Pestana foi a mão que acendeu o rastilho à atual contestação. O fundador e líder do STOP parece ter aproveitado essa rampa de lançamento, proporcionada pelas declarações do ministro da tutela, para dar fôlego à luta do STOP (Sindicato de Todos os Profissionais da Educação), criado em dezembro de 2017. "Apesar de existirem vários sindicatos na área da Educação, nenhum deles demonstrou estar à altura das grandes oportunidades que ocorreram na histórica luta docente de 2008", aponta, à VISÃO, Pestana, ao justificar o surgimento desta nova organização pela mão de quase duas centenas de professores.

Ameaça Mário Nogueira, líder da Fenprof, promete sair à rua, em janeiro e fevereiro, para mostrar a força da maior organização sindical dos professores

ÁLVARO ISIDORO

Críticos de uma alegada falta de democracia interna nas outras organizações sindicais e de ligações promíscuas a forças políticas, os associados do STOP – que já se tinham feito notar em protestos pela remoção de amianto nas escolas, mas que só começaram verdadeiramente a marcar a agenda no final do ano passado, ao mobilizarem 25 mil professores numa manifestação em Lisboa – trouxeram para o setor novas formas de luta. André Pestana afirma-se "disponível para negociar com a tutela", mas avisa que nunca assinará "qualquer acordo ou memorando sem antes auscultar democraticamente a classe". Até porque são muitas as exigências que representa, que vão desde "a gestão e o recrutamento apenas pela graduação profissional" até a um "aumento salarial que compense a inflação".

"As reivindicações são muitas porque há anos que a escola pública está a ser atacada, e os professores e demais profissionais da Educação só têm perdido direitos. Tem havido muitas lutas ao longo de várias décadas, mas os trabalhadores não têm obtido vitórias, porque os dirigentes sindicais não têm estado à altura das necessidades e, sistematicamente, acabam por se submeter a acordos e memorandos que satisfazem os poderes políticos e não as reivindicações da classe docente e de todos os trabalhadores da Educação", explica o sindicalista, que foi colega do ex-ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues.

SABOTAGEM ENTRE MÉTODOS DE LUTA

Serão estes os ventos de um novo sindicalismo mais radical a chegar à Educação, ainda que com pouco impacto em Portugal mas já com alguns exemplos dados entre os enfermeiros ou os camionistas de matérias perigosas? (*Ver caixa da pág. 57*) Em comum, estes movimentos têm a rejeição de associações políticas (embora o coordenador do STOP conte com um passado partidário, primeiro na Juventude Comunista Portuguesa, depois na fundação do BE e, mais recentemente, na do MAS – Movimento Alternativa Socialista, partido pelo qual chegou a ser candidato às europeias), capitalizam o descontentamento da classe e apresentam-se com um discurso mais popular e intransigente. O que dificulta o diálogo com a outra parte, neste caso o ministério de João Costa, com quem André Pestana entrou de imediato em conflito e até tenciona levar a tribunal.

Se dúvidas houvesse sobre o carácter popular da nova organização, a greve iniciada a 9 de dezembro de 2022, por tempo indeterminado, desfê-las, pois foi decidida pelo resultado de uma sondagem, feita num blogue, a cerca de oito mil professores e difundida em grupos de Facebook e de WhatsApp, quando a proposta inicial do sindicato até seria ficar-se por uma greve aos primeiros tempos de aulas.

"Estes movimentos de desalinhados – que já vimos noutros setores – são muito mais radicais na sua atuação e menos permeáveis a processos negociais. O STOP convocou greves em períodos em que o ministério estava a negociar com os sindicatos. É quase uma sabotagem à negociação. É a chegada do populismo ao sindicalismo, como já vimos acontecer com os partidos políticos", defende Alexandre Homem Cristo, coordenador da SEDES (Associação para o Desenvolvimento Económico e Social) e antigo conselheiro do Conselho Nacional de Educação (de 2013 a 2015).

Este analista de políticas públicas na Educação teme que se torne ainda mais difícil levar a cabo as reformas essenciais na área, porque "estes aglomerados de pessoas não estão unidos por soluções, mas para parar todos os processos em curso". "Querem manter as mesmas regras, mas revistas em seu benefício."

A influência sobre o setor é desde já difícil de ocultar. O próprio sindicato, que terminou o ano de 2022 com cerca de 1 300 associados, admite à VISÃO que não tem mãos a medir para processar todas as fichas de inscrição que tem recebido. E mesmo os interlocutores tradicionais da tutela já estão a agir por contaminação. Apesar de Mário Nogueira nunca

Os números da crise

FALTA CRÓNICA DE DOCENTES PROMETE AUMENTAR, TAL COMO ADESÃO AOS PROTESTOS

25 000
MANIFESTANTES
Estiveram nas ruas de Lisboa, a 17 de dezembro, no protesto nacional convocado pelo STOP

43 000
ASSINATURAS
Teve o abaixo-assinado contra a contratação direta de docentes pelas escolas ou outras entidades locais, entregue à tutela pela Fenprof, no último dia 3. Foi dos mais participados de sempre

20 000
ALUNOS SEM PROFESSOR
A, pelo menos, uma disciplina, no início do segundo período escolar

3 500
APOSENTAÇÕES
São esperadas em 2023. Só em janeiro, 289 professores vão deixar a escola pública, segundo a lista mensal da Caixa Geral de Aposentações. Há uma década que este número não era tão elevado

ter ficado em silêncio – mesmo no tempo da Geringonça, altura em que os sindicatos quase enterraram o machado de guerra com o governo, que tinha como parceiros PCP e BE –, é notória a energia revigorada com que se apresentou nos últimos meses, assim como o endurecimento do tom e das atitudes.

DE PÉ ATRÁS, FENPROF ESTUDA STOP

A maior estrutura sindical do setor, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof), não vê com bons olhos os métodos do STOP e muito menos o calendário em que começaram a ser postos em prática. Em dezembro, Mário Nogueira, o histórico dirigente da organização, acabou, inclusivamente, por caracterizar as greves por tempo indeterminado como "ações absolutamente radicalizadas".

Todavia, sob o risco de perda de protagonismo para o grupo liderado por Pestana, mais do que de massa sindical (algo já estará, entretanto, a acontecer), dentro da federação há já quem sugira um "abraço de urso" ao sindicato liderado por André Pestana. "Temos mais de 50 mil associados e não vamos estar aqui a concorrer com uma organização constituída por 30 vezes menos pessoas. Mas há a ameaça de uma perda da noção dos professores de quem verdadeiramente, e condignamente, os representa, e isso só pode ser combatido saindo de novo à rua e mostrando que, mesmo durante o governo da Geringonça, nunca deixámos de lado as suas pretensões. Teremos de, para isso, talvez abraçar o STOP e as novas formas de comunicação", sinaliza uma dirigente sindical da Fenprof.

Sinal dessa estratégia é o facto de que, na página de internet da Fenprof, um cronómetro faz a contagem decrescente, com horas, minutos e segundos que faltam até 10 de janeiro – data-limite que a federação sindical deu à tutela para "abandonar as suas graves propostas para o regime de concursos" e para "calendarizar a negociação de soluções para os problemas existentes" –, como quem faz soar o tiquetaque de um explosivo, e que a Fenprof acredita mesmo que rebentará, ou então não teria entregado já os pré-avisos de greve em todos os distritos, para 18 dias, em janeiro e fevereiro.

Surpresa Novos movimentos sindicais de camionistas, em abril e agosto de 2019, apanharam de supetão o País impondo falhas nos combustíveis

"PROTESTOS ATRASAM REFORMAS"

O presidente do Conselho Nacional de Educação, Domingos Fernandes, receia, por sua vez, que o "cansaço dos professores, o sentimento de impaciência e de injustiça", que acredita estar na origem deste arranque de ano conturbado, seja uma distração das reformas que o setor precisa de pôr em marcha. Fala mesmo numa

Os dias de luta

2023 promete ficar marcado pelo regresso dos professores à rua. Desde o tempo da Troika que a classe não se mostrava tão combativa

3 DE JANEIRO
Início da greve nacional convocada pelo STOP até 31 de janeiro. Entre 3 e 6, o SIPE acrescenta uma paralisação ao primeiro tempo de aulas

10 DE JANEIRO
Prazo dado pela Fenprof ao ministério para responder às reivindicações dos docentes. Se não, avançam com 18 dias de paralisações

11 DE FEVEREIRO
Manifestação Nacional da Fenprof

16 DE JANEIRO
Primeiro dia da greve nacional por distrito, convocada pela Fenprof. Protesto começa em Lisboa e termina a 8 de fevereiro no Porto

MARCOS BORGA

"oportunidade que não se pode desperdiçar", referindo-se à disponibilidade anunciada por João Costa para fazer alterações nos modelos de contratação dos professores.

"Em Portugal temos um sistema de colocação de docentes atípico em relação ao contexto internacional. É um sistema que não responde às exigências da sociedade e precisa de ser alterado. Curiosamente, o ministério parece disposto a acabar com os 'professores de casa às costas', mas esta guerra entre o ministério e os sindicatos não deverá levar-nos muito longe. A sociedade portuguesa precisa de ser chamada a pronunciar-se sobre os problemas na Educação e a pensar sobre a valorização dos professores, desde a formação, que tem de ser de elevada qualidade, à atratividade da profissão para

13 DE JANEIRO

Fim do acampamento de professores em frente ao Ministério da Educação, que está previsto durar três dias

14 DE JANEIRO

"Marcha pela Escola Pública", em Lisboa, convocada pelo STOP

Táticas de guerra pararam País

Na Saúde e Transportes, entre 2018 e 2019, organizações sem ligações a sindicatos institucionais escreveram página nos protestos de rua

Em plena vigência da Geringonça, quando à CGTP mas também à UGT era apontado um afastamento das ruas, o País assistiu a fortes protestos nos setores da saúde e dos transportes, que obrigaram as respetivas tutelas a endurecer a resposta – ao ponto de terem de recorrerem quer à Justiça, para travar os protestos, quer ao Exército, para desbloquear o fornecimento de combustíveis. Ora, perante a atual maioria absoluta do PS e a necessidade de as estruturas sindicais atualizarem o discurso, o mais provável é que organizações "fora do universo sindical que se conhece tenham mais protestos e com maior impacto", alertam politólogos. Segundo José Palmeira, especialista em Ciência Política e Relações Internacionais, da Universidade do Minho, "estamos numa fase de crise no sindicalismo. A taxa de sindicalização em Portugal passou de 60,8%, em 1978, para 15,3%, em 2016, segundo dados da OCDE, de 2019. Será interessante perceber essa evolução no período da Geringonça, quando tivemos uma CGTP condicionada, não tanto no plano da negociação mas no do protesto, o que levou a um aumento de organizações inorgânicas e à ação de pequenos sindicatos, com uma linguagem mais populista", explica.

REDES SOCIAIS

É dessa altura o enorme protesto dos enfermeiros, que paralisaram blocos operatórios de norte a sul do País, numa iniciativa inédita que ficou conhecida por "greve cirúrgica". Em 2018, a contestação durou mais de um mês e angariou cerca de €360 mil, através de um "fundo solidário" aberto ao público, para compensar os profissionais em greve. Este protesto levou o Ministério da Saúde a interpor uma sindicância contra a Ordem dos Enfermeiros, que, um ano depois, confirmou gastos injustificados pela bastonária Ana Rita Cavaco para apoiar os grevistas e a divulgação de mensagens, nas redes sociais, de incentivo aos profissionais – algo proibido por lei ao líder de uma ordem. Um ano mais tarde, o País parou por falta de combustíveis. Em luta por melhores condições salariais, o Sindicato Nacional dos Motoristas de Matérias Perigosas e o Sindicato Independente dos Motoristas de Mercadorias puseram os portugueses em longas filas nos postos de abastecimento. O Ministério das Infraestruturas, já na altura liderado por Pedro Nuno Santos, viu-se obrigado a declarar uma requisição civil e a recorrer ao fornecimento de combustível pelas Forças Armadas. "Quando estas forças voltam aos protestos de rua, num formato diferente, os sindicatos tradicionais são obrigados a ir atrás. No caso do STOP, o modus operandi resulta, pelo que vemos, de muito debate interno e não de uma direção. Aliás, houve ali sinais de uma democracia [direta] em pequena escala, visto que os professores decidiram as manifestações e os protestos em plenário. Esses fatores diferenciadores dão força a estas organizações", considera Bruno Ferreira Costa, docente de Ciência Política, na Universidade da Beira Interior. Palmeira partilha da mesma opinião: "Estes novos grupos têm maior capacidade de comunicar com quem está insatisfeito e usam ferramentas, como as redes sociais, onde não há filtros. Este estilo confrontativo veio para ficar e, provavelmente, vai fazer escola."